



SUSTENTABILIDADE DE AGROECOSSISTEMAS DE PESCA ARTESANAL EM ILHÉUS-BA

ERIKA DAYANE RIBEIRO DE MATOS

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a sustentabilidade de agroecossistemas de pesca artesanal no município de Ilhéus-BA, tendo em vista a importância da sua compreensão para a formulação de políticas públicas. Para tanto, aplicou o método de pesquisa bibliográfica, coletando dados secundários, a partir de livros, artigos científicos e documentos fidedignos, que explorassem a atividade da pesca artesanal no Brasil e a estrutura e realidade da pesca artesanal no município de Ilhéus. Os resultados encontrados descreveram que a pesca artesanal, no Brasil, está em declínio, apresentando-se numa realidade de conflitos internos e externos para sua manutenção. Em Ilhéus, a atividade opera em duas colônias e uma associação pesqueira, que exploram áreas diferentes da cidade. A sustentabilidade da pesca artesanal nesse local está comprometida, com ausência de políticas públicas e fiscalização, os pescadores trabalham num cenário de defasagem e pouca competitividade frente à pesca industrial.

Palavras-chave: Agroecologia; Atividade Pesqueira; Conhecimento Tradicional; Meio Ambiente; Pescadores.

1 INTRODUÇÃO

Poucos peixes para muitos pescadores”, assim Bailey (2018, p. 17) descreveu o cenário italiano de pesca artesanal, que está em declínio. No Brasil a situação não é diferente: a atividade, que se caracteriza pela simplicidade das suas ferramentas e pela antiguidade do seu conhecimento tradicional (Diegues, 2004), encontra diversos desafios para alcançar sustentabilidade, devido à carência de recursos e informações básicas, bem como ao aumento do esforço de trabalho, dado o esgotamento do estoque pesqueiro (Vidal e Gonçalves, 2008; Kalikoski e Vasconcelos, 2013).

A continuidade de um agroecossistema, como o de pesca artesanal, depende essencialmente da sua abordagem ecossistêmica, através da percepção da correlação de fatores ambientais e socioeconômicos em função do seu equilíbrio (Altieri, 2008). Homma (1993) afirma que a sustentabilidade de qualquer sistema é de suprema importância, desde que compreenda dimensão ambiental, social e econômica, para que se harmonizem compensação, estabilidade e produtividade, tornando-se necessária a análise do desenvolvimento sustentável da interação. Tal crescimento é entendido como: “aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46).

Pesquisas sobre a sustentabilidade de agroecossistemas de pesca artesanal podem contribuir com a formulação de políticas públicas de incentivo à atividade, dada a sua necessidade, exposta por Dias Neto (2003), que destacou a invisibilidade política que a atividade sofre em comparação à industrial. Tendo em vista tal desafio, para assumir o conceito

de sustentabilidade, mediante as lacunas observadas, denota-se o interesse na concepção de indicadores pela OECD (2008), a fim de operacionalizar e quantificar o desenvolvimento sustentável no mundo.

No território sul do estado da Bahia, o município de Ilhéus é dotado por um litoral de 93 km que favorece a pesca artesanal (Guimarães et al., 2007), tornando-a parte importante da sua economia, uma vez que oferta um meio de subsistência à população carente. No entanto a profissão tem enfrentado conflitos de interesse e pressão para se manter na cadeia de abastecimento regional, visto a precariedade dos meios de produção, que exigem um trabalho intensivo, exposto a dificuldades de manuseio, contaminação, insalubridade, práticas agressivas e perda de conhecimento tradicional (Blume, 2010; Queiroz, 2011; Fernandes et al., 2011).

Dessa forma, persiste a indagação: como agroecossistemas ilheenses de pesca artesanal assimilaram a atividade num contexto de sustentabilidade? Ademais, outras perguntas também nortearam a realização dessa pesquisa, como: Qual é a atividade de pesca artesanal? Qual é a situação da pesca artesanal no Brasil? Como é a estrutura da pesca artesanal em Ilhéus? Posto isso, o objetivo desse estudo deu-se por analisar a sustentabilidade de agroecossistemas de pescas artesanais no município de Ilhéus-BA, desmembrando-se em três objetivos específicos, que se sucederam por: a) compreender o cenário da pesca artesanal no Brasil; b) apresentar a estrutura da atividade de pesca artesanal em Ilhéus-BA; e, por fim, c) discorrer sobre a realidade da pesca artesanal em Ilhéus-BA.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Com a finalidade de explorar e descrever a sustentabilidade dos agroecossistemas de pesca artesanal em Ilhéus-BA, o presente estudo utilizou o método de pesquisa bibliográfica. Logo, a partir de uma abordagem qualitativa, coletou dados secundários, em livros, artigos científicos e documentos de origem fidedigna, datados nos últimos 20 anos, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola. Além disso, trabalhos mais antigos também foram considerados, dada sua relevância para a temática. As buscas ocorreram nas plataformas SCHOLAR e SCIELO.

Como objeto de estudo, a presente pesquisa toma como referência de análise o município de Ilhéus, localizado no litoral sul do estado da Bahia, (entre 39 ° 00 'W e 39 ° 30' W, e 14 ° 20 'S e 15 ° 00' S), a leste do Oceano Atlântico, de uma extensão territorial de 1.588,555 km², com uma população de 178.649 pessoas, numa densidade demográfica de 112,46 hab/km², um IDH de 0,690 e um PIB per capita de R\$32.756 (IBGE, 2024).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesca artesanal é caracterizada por uma atividade realizada em embarcações de pequeno porte, por um pescador profissional que, de forma independente ou em parceria, extrai ou captura organismos do ambiente aquático (Brasil, 2009). Conforme Diegues (2004), essa é uma das ocupações extrativistas mais antigas no Brasil, realizada por homens e mulheres que vivem em comunidades tradicionais, dominam seus meios de produção e possuem o conhecimento tácito da pesca. A configuração como artesanal provém da simplicidade de ferramentas e custos, diferindo-se da pesca industrial, que opera em larga escala.

No Brasil, de acordo com Vidal e Gonçalves (2008), a pesca artesanal não assimila avanço tecnológico significativo, pois possui uma infraestrutura em péssimas condições de funcionamento, com conflitos internos e externos: problemas de gestão, entrada de novos participantes no mercado e esgotamento de estoque no mundo, devido à pesca predatória. Além disso, esse setor é amplamente prejudicado pela ausência de recursos financeiros, dados estatísticos, monitoramento e políticas públicas adequadas, o que sujeita o pescador artesanal a vulnerabilidade social e inadaptabilidade.

Tais adversidades são provenientes da organização singular que comunidades marítimas

possuem, influenciadas pelo local em que se estabelecem, pois se derivam essencialmente de aspectos regionais: arranjos econômicos, culturais, espaciais e socioambientais. Assim como, dado seu caráter predatório, a pesca é dependente do recurso que explora, devendo ajustar-se às condições naturais, que estão em contínua mudança, pois, uma vez que se construa uma relação negativa, promove-se o desequilíbrio ecológico (Diegues, 2004).

Pertencente ao território sul da Bahia, Ilhéus, de acordo com Santana et al. (2014), encontra-se na Região Cacaueira, que apresenta um clima tropical úmido, com chuvas bem distribuídas ao longo do ano e um bioma de Mata Atlântica. Segundo os autores, essa microrregião manteve o cacau na posição de produto gerador de riqueza ao longo de 200 anos, sustentando assim sua sobrevivência, mas tal fato regrediu após a crise da lavoura cacaueira, impulsionando o fortalecimento de outros tipos de serviços, como a pesca.

Dessa forma, a pesca artesanal é relevante na cidade de Ilhéus. Tal operação funciona através das organizações de pescadores, nas quais o filiado repassa os produtos, e a unidade se responsabiliza pela inspeção de qualidade e comercialização em diferentes níveis de mercado. Porém esse modo de vida possui ali pouca visibilidade, caracterizando-se como regional, e limitando-se às águas costeiras, devido à precariedade dos meios de produção (Queiroz, 2011). Não obstante essa condição, a atividade ainda é um meio de vida importante para uma parcela da população ilheense, que utiliza materiais encontrados no próprio ecossistema para produzir seus apetrechos de pesca (Blume, 2019).

A pesca artesanal na região possui concentração em três unidades pesqueiras. A primeira, a colônia Z-19, situada no Bairro do Pontal, caracteriza-se como a primeira colônia a se desenvolver no município. Ela atua localmente e em pequena escala em Salvador, mas não possui meios próprios para circulação do pescado, apesar de usufruir de uma privilegiada localização para atracação dos barcos, que já aportam diretamente na sua sede. A segunda trata-se da colônia Z-34, abrigada no Bairro Malhado, onde se encontra um atracadouro de pequenas embarcações e um intenso comércio de pescado; e a terceira, mais recente, é a Associação de Pescadores e Marisqueiras de São Miguel (A-87), estabelecida na desembocadura do Rio Almada (Queiroz, 2011).

As três organizações ocupam áreas distintas da cidade, mas, além disso, também possuem estruturas diferentes. Tendo em vista que as três operam no mesmo nicho de mercado, existe, assim, uma rivalidade inerente, marcada pela superioridade de atuação da Z-34, devido a sua infraestrutura, abrangência nacional de mercado e maior número de filiados (Queiroz, 2011). Todavia as duas colônias concebem importância histórica, pois existem há mais de 50 anos, sendo a Z-19 mais antiga, fundada em 1921, e a Z-34, 26 anos mais nova, fundada em 1947 (Blume, 2019).

No território sul do estado da Bahia, a pesca artesanal tem influência devido à presença das áreas de estuários, manguezais e recifes de coral, os quais, presentes na sua linha costeira, facilitam a demarcação das reivindicações sobre os pesqueiros, gerando um meio de subsistência para suas comunidades tradicionais, que conquistaram sistemas de direitos de pesca (Cordell, 2001).

Entretanto a pesca artesanal na região sul do estado enfrenta diversos conflitos, que ameaçam sua sustentabilidade, expõem seus respectivos profissionais à exclusão social e inviabilizam sua autossuficiência. Uma dessas adversidades é a inviabilidade financeira da profissão que, devido à junção de fatores, como redução do estoque pesqueiro e defasagem tecnológica das embarcações, submete os pescadores jovens a saírem do ramo ou sujeitarem-se à exploração econômica de atravessadores. Ademais, o meio ambiente está sendo comprometido, em razão de práticas pesqueiras agressivas e desrespeitosas, que além de perturbarem o equilíbrio ecológico, originam um cenário de superexploração, que condiciona o trabalhador à vulnerabilidade econômica, numa conjuntura fomentada pela ausência de políticas públicas e fiscalização (Andrade et al., 2018).

4 CONCLUSÃO

O caráter artesanal conferido à pesca é atribuído de acordo com a estrutura das suas operações, que compõem ferramentas e embarcações mais simples e de menores custos. No Brasil, essa atividade é ameaçada pela presença da pesca industrial, que conferem um cenário de esgotamento do estoque pesqueiro. Ademais, conflitos internos, como problemas gerenciais, ausência de recursos e políticas públicas, bem como a alta competitividade comprometem a manutenção da pesca artesanal brasileira.

No município de Ilhéus-BA, a pesca artesanal opera a partir de duas colônias mais antigas de pescadores e uma, mais recente, associação. As unidades, ao explorarem locais distintos da cidade, ainda enfrentam diferenças na competitividade, conforme suas diferenças em estrutura operacional. Quanto à sustentabilidade desses agroecossistemas, tem-se o seu comprometimento, visto que esses sistemas estão inseridos numa realidade de pouca competitividade frente à pesca industrial, devido ao fato de apresentarem defasagem em seus instrumentos de trabalho, pouca visibilidade, ausência de recursos e políticas públicas, além de enfrentarem um ambiente explorado em demasia.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ANDRADE, J. C. P.; SCHIAVETTI, A.; ESTIVAL, K. G. S; SOUZA, P. S. V. N.; BEHRMANN, D. G. M. Atividade pesqueira no sul da Bahia, Brasil: características socioeconômicas e conflitos socioambientais. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.9, n.4, p.56-72, 2018.

BAILEY, Kevin M. **Fishing Lessons: Artisanal Fisheries and the Future of Our Oceans**. The University of Chicago Press, Chicago and London, 2018.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos. Histórias de pescador: tradições, memórias, experiências de pescadores em Ilhéus, Bahia, 1960-2008. In: XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

Luiz Henrique dos Santos. “Eu disse a ideia, tem que ter isso aí, para beneficiar o pescador”: marisqueiras na luta pela sobrevivência e manutenção das artes da pesca tradicionais em Ilhéus, BA, 1960-2008. **Revista História Oral**, v. 22, n. 1, 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.959**: Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca regula as atividades pesqueiras. Brasília: DOU, 2009. Disponível em: <<http://www.cppnacional.org.br/sites/default/files/legislacao/LEI-N%C2%BA-11959-09-Lei-da-Pesca-e-Aq%C3%BCicultura.pdf>>. Acesso em: 06 de novembro de 2020.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORDELL, J. **Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia**. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C.C. (orgs.). São Paulo: NUPAUB- USP, 2001. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/textocordell.pdf>>. Acesso em: 04 de novembro de 2020.

DIAS NETO, J. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros no Brasil**. Brasília: IBAMA, 2003.

DIEGUES, A. C. S. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo, Nupaub-USP, 2004.

FERNANDES, Ideval Pires; BARQUETE, Danilo Maciel; SUZART, Priscila; RAMOS, Thiago; MELO, Tauá. Modelagem da atividade artesanal de pesca e beneficiamento de crustáceos no bairro de São João Miguel em Ilhéus-BA. **Revista Focando a Extensão**, vol. 1, n. 1, 2011.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: procesos ecologicos en agricultura sostenible**. Turrialba, C.R.: CATIE, XVIII, 359 p, 2002.

GUIMARÃES, Carla Regina Ferreira Freire; CERQUEIRA, Cristiane Aparecida de; CASIMIRO FILHO, Francisco; GUIMARÃES JÚNIOR, Gilberto de Souza. Estimativa dos benefícios ambientais do litoral de Ilhéus-Bahia: alta estação de 2006. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural- SOBER, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Brasília : SOBER, v. único, p. 1-11, 2007.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI, 202 p., 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. 2024. Disponível em: <Ilhéus (BA) | Cidades e Estados | IBGE>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2024.

KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. **FAO, Circular de Pesca e Aquicultura, nº. 1075**. Roma, FAO, 200 p., 2013.

OECD. **2008 annual report on sustainable development work in the oecd**. 2008. Disponível em: <<https://www.oecd.org/greengrowth/42177377.pdf>>. Acesso em 09 de novembro de 2020.

QUEIROZ, Greiziane Araújo. **O circuito inferior da economia urbana: a pesca no município de Ilhéus-BA**. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SANTANA, A. F.; SANTANA, F. F.; SANTANA, L. F.; REIS, D. J. S.; NEVES, S. J. Uma breve história econômica de Ilhéus: gênese, apogeu e declínio da lavoura cacaueteira. In: Semana do Economista, 4., Encontro de Egressos, 4., 2014, Ilhéus. **Anais...** Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014.

VIDAL, Maria de Fátima; GONÇALVES, Marcos Falcão. O segmento da pesca extrativista marinha na costa do Nordeste. **Informe Rural Etene**, Banco do Nordeste do Brasil- BNB, ano 2, n. 11, nov. 2008.